

## **GESTÃO 2006-2007**

**Presidente: Jorge Luiz Volpato**  
**Vice-Presidente: Licélia Ribeiro**  
**Corregedora: Maria do Céu Avelar**

---

### **17/03/2006 - TRT CATARINENSE GANHA NOVOS DIRIGENTES**

Os novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, eleitos em 9 de janeiro de 2006, foram empossados no final da tarde do dia 17 de março do mesmo ano, na sede do órgão, em Florianópolis. Os juízes Jorge Luiz Volpato, Licélia Ribeiro e Maria do Céu Avelar assumiram, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor para o biênio 2006/2007.

No discurso de posse, o presidente Volpato ressaltou a eficiência, traduzida em números, da Justiça do Trabalho catarinense, bem como a necessidade de renovação da estrutura para o atendimento da demanda oriunda da ampliação da competência promovida pela Emenda Constitucional nº 45. Referindo-se aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, o novo presidente disse, ainda, que o Judiciário já os considera enraizados: "O Poder Judiciário tem perseguido com êxito o cumprimento do princípio constitucional da eficiência, dever de todos os que servem a sociedade. É preciso oferecer resultados e para isso devemos nos empenhar, pois somos todos servidores", exortou.

O presidente empossado, natural de Tubarão/SC, foi nomeado juiz togado do TRT catarinense em janeiro de 1999, na vaga do quinto constitucional destinada aos advogados, com posse e exercício em fevereiro do mesmo ano.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, exerceu vários cargos na subseção da OAB/SC de Tubarão, ocupando a presidência de 1991 a 1995. Advogado militante na área trabalhista desde a sua inscrição nos quadros da OAB, até a sua nomeação para o TRT, o juiz Volpato também foi professor, tendo lecionado Prática Forense no curso de Direito da UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina, em sua cidade natal.

Por sua vez, natural de Rio do Sul/SC, a juíza Licélia Ribeiro, bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Blumenau, assumiu como juíza do trabalho substituta em 16 de outubro de 1987. Menos de três anos após isso, foi promovida por merecimento e passou a exercer o cargo de presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Chapecó. Na condição de juíza presidente de JCJ atuou ainda em Blumenau, Concórdia e São José, até ser promovida, pelo critério de merecimento, ao cargo de juiz do Tribunal, por Decreto do Presidente da República de 14 de maio de 2001. Com a posse na vice-presidência do TRT, Licélia Ribeiro encerra a sua passagem pela Corregedoria, que comandou nos últimos dois anos.

A juíza Maria do Céu de Avelar, nascida no Rio de Janeiro/RJ, bacharelou-se em Direito pela USP - Universidade de São Paulo em 1977, ingressando como juíza substituta na Justiça do Trabalho em 7 de novembro de 1979, quando o Estado de Santa Catarina ainda compunha a 9ª Região, junto com o Estado do Paraná. Em 19 de outubro de 1982, com o TRT catarinense já instalado, foi promovida por antigüidade ao cargo de juiz presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Caçador, com exercício a partir de 21 de outubro. Desde então, também atuou nas cidades de Mafra, por dois períodos, e Florianópolis, até ser promovida por antigüidade ao cargo de juiz do TRT, por Decreto presidencial, em 26 de outubro de 2001.

#### **06/04/2006 - CONVÊNIO COM DETRAN FACILITA A EXECUÇÃO**

O TRT de Santa Catarina e o Departamento de Trânsito do mesmo estado celebraram, em 6 de abril de 2006, convênio pelo qual foi permitida, a magistrados trabalhistas e servidores autorizados, a consulta eletrônica, via *internet*, aos dados atuais e pretéritos dos veículos e respectivos proprietários. Até então, a consulta possibilitava uma simples "fotografia" do momento, sem a possibilidade de acesso ao histórico do automóvel. A medida facilitou a execução e possibilitou que diversos processos arquivados fossem reativados.

#### **22/05/2006 - TRT/SC RECEBE NOVO JUIZ TOGADO**

O juiz Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira tornou-se, em 22 de maio de 2006, o mais novo togado do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Na solenidade de posse, iniciada às 12h45min, o magistrado foi conduzido pela juíza Ione Ramos à Sala de Sessões, onde prestou compromisso e, posteriormente, foi acompanhado até o seu assento pela juíza Lília Leonor Abreu.

O empossado, que era titular da 4ª VT de Florianópolis, foi nomeado, por força de Decreto do Presidente da República publicado em 3 de maio de 2006, para o cargo que estava vago pela aposentadoria do juiz Luiz Fernando Vaz Cabeda.

Natural de Lagoa Vermelha/RS e formado em Direito pela PUC de Curitiba/PR, o nomeado exerceu a advocacia durante cinco anos, antes de ingressar na magistratura trabalhista, em 1989. Atuou como juiz substituto em várias Unidades, e foi titular nas VTs de São Miguel do Oeste, Canoinhas, Mafra, Curitibanos, 2ª de Tubarão, 2ª de São José e 6ª de Florianópolis.

De setembro de 1998 a outubro de 1999, freqüentou e concluiu o curso de aperfeiçoamento conducente ao mestrado na área de Ciências Jurídico-Comunitárias, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

## **22/06/2006 - JUSTIÇA ITINERANTE É REGULAMENTADA**

A Justiça do Trabalho de Santa Catarina ficou pronta para colocar em prática o Programa Justiça Itinerante, que prevê o funcionamento descentralizado dos Tribunais Regionais do Trabalho. A Resolução Administrativa n. 557, que instituiu o programa em 8 de maio de 2006, foi regulamentada por Portaria n. 535, expedida em 22 de junho do mesmo ano.

O TRT considerou, para a implementação da medida, além da exigência legal disposta no art. 115, parágrafos 1º e 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a necessidade de integração da Justiça do Trabalho com as comunidades distantes e em situações excepcionais que demandem providências imediatas.

A essência do Programa Justiça Itinerante consiste no deslocamento de juízes e servidores da Justiça do Trabalho para a realização de diversas ações dentro das próprias unidades judiciárias e nas cidades onde não existem Varas do Trabalho (VTs), sempre respeitando a jurisdição de cada uma delas.

Com isso, unificaram-se as ações isoladas que já vinham acontecendo pelo Estado desde 2004. A diferença é que essas atividades passaram a contar com uma estrutura própria: quatro carros à disposição de servidores e juízes para a realização de audiências fora das sedes das VTs, mutirões de conciliação, além de mediação de situações emergenciais ou excepcionais (caso de falências, por exemplo).

O programa também incluiu auxílio temporário nas próprias VTs cujo movimento processual esteja à beira do estrangulamento e prejudicando o andamento dos serviços diários. Assim, mais do que ampliar o acesso do cidadão à justiça trabalhista, o Programa Justiça Itinerante implica a redução do número de processos nas prateleiras e armários das unidades judiciárias.

### **NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO REALIZA MUTIRÕES**

O Núcleo de Conciliação de processos em 1ª e 2ª Instâncias foi aperfeiçoado em 2006 mediante a realização de atividades na Sede do Tribunal a pedido das partes, a atuação em processos que se encontravam em fase recursal, ou por meio de deslocamentos para as Unidades Judiciárias localizadas no interior do Estado. Às sextas-feiras, foram realizadas audiências de tentativa de conciliação em processos que aguardavam o despacho da Presidência em admissibilidade de recurso de revista.

No dia 8 de dezembro, a Justiça do Trabalho catarinense aderiu ao Dia Nacional da Conciliação promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. O Presidente do TRT interrompeu audiência que realizava, em pleno feriado, na sala de sessões da 3ª Turma do Tribunal, em Florianópolis, para falar ao vivo com a Ministra Ellen Gracie, presidente do STF, que, do Rio de Janeiro, coordenou a atividade.

Também em 2006, o TRT/SC, por meio do Núcleo de Conciliação e em parceria com o Ministério Público do Trabalho, a Delegacia

Regional do Trabalho e a Polícia Federal, compondo força-tarefa, atuou em duas oportunidades: 1) para verificar a ocorrência de trabalho degradante, análogo ao trabalho escravo, na Fazenda Samambaia, localizada nas cidades de Campos Novos e Monte Carlo, pertencentes à jurisdição da Vara de Trabalho de Joaçaba e, 2) para verificar a existência de irregularidade no transporte de centenas de trabalhadores para a colheita de feijão, inclusive crianças, para as localidades sujeitas à jurisdição da Vara de Trabalho de Curitiba.

Nas duas ocasiões, essas ações resultaram em conciliações e ajustes de condutas por parte dos envolvidos, seguindo-se um grande impacto social nas localidades.

## **28/07/2006 - JUIZ EDSON MENDES DE OLIVEIRA PREENCHE ÚLTIMA VAGA NO TRT-SC**

Com a posse do juiz Edson Mendes de Oliveira, ocorrida em 28 de julho de 2006, na sala de sessões do Tribunal Pleno, foi preenchida a 18ª e última vaga do quadro de togados do TRT catarinense, aberta com a aposentadoria do juiz Carlos Alberto Godoy Ilha. O novo juiz togado do TRT foi empossado pelo critério de antiguidade, e o discurso de saudação foi feito pela juíza Ione Ramos.

"Penso que devemos colocar em primeiro lugar a Justiça acima da individualidade de cada um, porque nós, juízes, somos transitórios, mas a instituição é permanente", disse o juiz em seu discurso de posse. Edson Mendes também falou sobre a necessidade de se aumentar o número de juízes togados no TRT/SC.

"Devemos trabalhar para oferecer à sociedade uma Justiça ao mesmo tempo segura e célere, apesar de todas as dificuldades e do aumento de competência resultante da Emenda Constitucional 45/04", afirmou.

Edson Mendes de Oliveira tem 52 anos e nasceu em Guarapuava (PR). Licenciado em Letras/Inglês pela PUC/PR e graduado em Direito pela Universidade Federal do mesmo Estado, ingressou na magistratura do trabalho em 1987, como substituto nas antigas Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs) de Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia.

Em 1990, foi promovido a juiz-presidente, tendo, nessa condição, atuado nas seguintes JCJs (atuais Varas do Trabalho): 1ª e 4ª de Joinville, Balneário Camboriú, 2ª de Itajaí - na qual ficou mais tempo, entre 1998 e 2004 - e 5ª VT de Florianópolis. Além disso, o juiz Edson Mendes já substituíra eventualmente como juiz convocado no TRT há 13 anos.

A carreira do magistrado não ficou restrita às salas de audiência. Entre 2001 e 2004, coordenou em Itajaí o curso de Preparação à Magistratura do Trabalho, promovido pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região (Amatra 12) em convênio com a UNIVALI. Tem também diversos artigos jurídicos publicados.

Início - Edson Mendes começou a trabalhar como estagiário em um escritório de advocacia, onde ficou de 1975 a 1977. A partir de então, trilhou os caminhos do Direito como advogado, durante 11

anos, em Guarapuava e Foz do Iguaçu, principalmente na área trabalhista. Atuou, ainda, na área pública, como assessor jurídico da Prefeitura Municipal de Guarapuava por mais de três anos. Também foi professor universitário na disciplina de Legislação Social - de 1981 a 1986 - nos cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis, na Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava/PR - FAFIG, atualmente UNICENTRO.

#### **07/08/2006 - JUÍZES DO PLENO INAUGURAM E-JUS E DÃO ADEUS ÀS PAPELETAS**

O e-Jus deixou de ser privilégio das Turmas. Em sessão realizada em 7 de agosto de 2006, o Tribunal Pleno utilizou pela primeira vez o sistema que revolucionou as sessões de julgamento do TRT catarinense.

O sistema permite que os demais juízes integrantes da sessão possam acompanhar o voto do juiz relator diretamente nos monitores. Antes, apenas o juiz revisor dispunha do voto durante a sessão, enquanto os demais recebiam apenas uma papeleta com o resumo. Na prática, isso tem reflexos diversos.

Em primeiro lugar, ao ter acesso a um maior número de informações disponíveis, ou seja, voto e relatório do processo, o juiz obtém maior segurança para votar.

Em segundo lugar, o e-Jus permite que as alterações no voto do relator sejam feitas online, ali mesmo na sessão, diminuindo a possibilidade de erros e, conseqüentemente, de interposição de recursos.

Outra vantagem: ao acelerar o julgamento de um processo, a informatização das salas de sessão provoca um efeito em cascata, permitindo a inclusão de um maior número de processos numa mesma pauta de julgamentos, sem falar na economia de papel e tinta de impressão.

#### **2006 - TRT/SC COORDENA PROJETO "ROMPENDO DISTÂNCIAS" E COLHE RESULTADOS DE INICIATIVAS PIONEIRAS**

No exercício da coordenação nacional do projeto "Rompendo Distâncias", o TRT/SC, em 2006, realizou a capacitação de servidores de 11 Tribunais, organizou *workshop* em São Paulo com a participação dos 24 Regionais e do TST, bem como auxiliou a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT na realização de cursos a distância.

O referido programa, o qual visa à difusão da educação a distância, foi concebido pelos servidores da Secretaria de Informática do TRT/SC para ser implementado apenas na respectiva jurisdição. Contudo, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho gostou da ideia e transformou o programa no grupo de trabalho permanente de capacitação, um dos oito que compõem o Projeto de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho.

O pioneirismo do Tribunal catarinense refletiu em duas ocasiões: em 28 de agosto de 2006, o juiz Edson Mendes de Oliveira

tornou-se o primeiro togado a ministrar uma aula de educação à distância no Brasil. Já em 1º de setembro do mesmo ano, o TRT/SC realizou o primeiro *talk-show* pela mesma modalidade - ocasião em que foi entrevistado o juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Hélio do Valle Pereira.

#### **04/09/2006 - SISTEMA ÚNICO DE PROTOCOLO CHEGA ÀS VARAS DO TRABALHO**

Começou a funcionar, a partir de 4 de setembro de 2006, em todas as Varas da 12ª Região, o Sistema Único de Protocolo (SUP), que agilizou a tramitação de documentos e permitiu um melhor monitoramento dos pedidos e requerimentos dirigidos ao TRT pelos servidores das Varas de Trabalho.

Até então, o Serviço de Cadastramento e Protocolo era responsável pelo recebimento, cadastramento e encaminhamento de todos os ofícios, memorandos e requerimentos dirigidos ao Tribunal. Com o SUP, as próprias VTs passaram a ser responsáveis pelo cadastramento da papelada. Assim, o Setor de Protocolo pode se dedicar com mais energia a sua atividade-fim, qual seja, atender o público, classificar e montar recursos, autuar ações de competência originária, retificar autuações e direcionar mais de 25 mil petições judiciais que são protocoladas anualmente.

Os servidores das VTs que passaram a operar o SUP receberam treinamento pelo método de educação a distância. Ao todo, 61 servidores foram distribuídos em cinco turmas de alunos que tiveram aulas entre os dias 21 e 25 de agosto de 2006.

#### **17/11/2006 - TRT/SC DÁ POSSE A JUÍZES SUBSTITUTOS APROVADOS NO 13º CONCURSO**

No dia 17 de novembro de 2006, foram empossados 8 dos 10 aprovados no 13º concurso público para o cargo de juiz do trabalho substituto do TRT/SC. Com isso, o número de juízes substitutos, qual seja, 54, ficou equiparado ao de varas do trabalho.

Apenas 6 meses e 5 dias se passaram entre a data do encerramento das inscrições para o concurso e a nomeação. Os 10 candidatos aprovados - 6 mulheres e 4 homens - tiveram que competir com outros 665 inscritos para a primeira fase do certame, realizada em maio. Da primeira prova até a divulgação do resultado final, foram ultrapassadas cinco etapas, que culminaram com a prova de títulos, a única de caráter apenas classificatório.

#### **12/11/2006 - TRT/SC DISPONIBILIZA AO TST PRIMEIRO RECURSO DIGITAL DO PAÍS**

O TRT/SC tornou-se, em 12/11/2006, o primeiro do país a disponibilizar um recurso completamente virtual, digitalizado, para o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O fato integra o projeto e-Recurso, o qual visa ao trânsito dos recursos de revista devidamente digitalizados entre os TRTs e o TST, eliminando o uso do papel.

O recurso virtual traz uma série de vantagens em relação ao de papel. Em primeiro lugar, porque, dentro dos TRTs, a digitalização torna desnecessário o deslocamento dos processos de um setor para o outro, o que economiza o tempo das secretarias.

O novo método também permite que servidores e juízes encarregados da análise do recurso possam localizar mais rapidamente as peças, sem precisar manusear papel algum.

Outros benefícios do e-Recurso são a desnecessidade de crescente espaço físico para o armazenamento da papelada e a economia no custo de remessa (correio).

### **23/11/2006 - ELIMINAÇÃO DE MAIS DE 6 MIL AUTOS FINDOS GERA RECURSOS PARA INSTITUIÇÃO BENEFICENTE**

Com a eliminação de mais de seis mil processos em 23 de novembro de 2006, o TRT/SC iniciou seu Programa de Gestão Documental e, ainda, ajudou a Irmandade do Divino Espírito Santo, instituição beneficente com mais de 200 anos, que atua na assistência e formação de crianças e adolescentes carentes e em situação de vulnerabilidade.

Os referidos processos, relativos a dois editais de eliminação, foram doados à Irmandade, que se encarregou de mandar a papelada para o triturador. E por um motivo muito especial: cada fardo de papel, pesando em torno de meia tonelada, foi revendido a empresas de reciclagem.

A instituição foi escolhida pelo TRT por dispor de estrutura para fazer o transporte dos processos.

O ato de eliminação foi regulamentado pela Resolução Administrativa n. 25/2006 e aconteceu no Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos (Sedig).

O Programa de Gestão Documental foi uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho expandida para todos os TRTs, cujo objetivo é racionalizar a produção, fluxo e guarda de documentos, na habitual saga do poder judiciário em busca de espaço físico para armazenar seus processos.

### **26/11/2006 - TRT/SC LANÇA VIDEOTECA VIRTUAL**

O Tribunal Regional do Trabalho lançou, em 26 de novembro de 2006, a videoteca virtual - uma ferramenta voltada à disponibilização dos conteúdos mais relevantes produzidos pelos setores do órgão que tratam de forma mais imediata com a informação, como o Serviço de Capacitação e Desenvolvimento, a Assessoria de Comunicação e a Escola Judicial e de Administração Judiciária. São palestras, seminários, cursos, simpósios, treinamentos presenciais e entrevistas - tudo indexado por assunto - que se tornaram uma rica fonte de pesquisa virtual e conhecimento.

## **11/12/2006 - TRT/SC COMEMORA 25 ANOS**

O TRT catarinense comemorou 25 anos de existência em sessão solene em sua sede na Rua Esteves Júnior, no dia 11-12-2006.

Durante a solenidade, várias personalidades foram agraciadas com a medalha da Ordem Catarinense do Mérito Judiciário do Trabalho. Os 44 servidores que estavam em exercício desde a data da fundação foram homenageados com uma moeda comemorativa dos 25 anos.

Esse foi o último evento de vários desenvolvidos durante todo o segundo semestre de 2006, com o objetivo de aproximar o Judiciário Trabalhista das comunidades. Dentre eles, destacaram-se a exposição do acervo histórico realizada em Shopping Center de Florianópolis e as audiências em diversas universidades do Estado. O simpósio do TRT, que é realizado anualmente, também fez parte da agenda alusiva aos 25 anos, abordando o tema "Justiça do Trabalho: A Transição e os Rumos".

## **18/12/2006 - TRT/SC VIABILIZA DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PARA A 2ª INSTÂNCIA**

O Diário Oficial Eletrônico de 1ª Instância foi ampliado para a 2ª Instância, por meio da Portaria GP-999, vigorando a contar de 18 de dezembro de 2006.

As vantagens da medida não se limitaram ao universo dos advogados cadastrados no sistema de peticionamento eletrônico. Com o DOE, o processo passou a tramitar mais rápido ante a dispensa da feitura e postagem de notificações, e a tramitação ficou mais transparente. Além disso, houve uma drástica redução de despesas com a impressão e a postagem de intimações, que permitiu o aproveitamento desses recursos em outros serviços.

## **27/04/2007 - 4ª VARA DO TRABALHO DE CRICIÚMA É INAUGURADA**

Em 27 de abril de 2007, foi instalada a 4ª Vara de Trabalho de Criciúma, criada pela Resolução Administrativa n. 114/2006. A referida VT recebeu distribuição dirigida de 2,4 mil ações. Alcançado o total definido em portaria, recomeçou a distribuição regular para as quatro varas instaladas no município.

## **22/06/2007 - PETICIONAMENTO ELETRÔNICO DE 2ª INSTÂNCIA É ADOTADO**

Em 14 de junho de 2007, o presidente do TRT/SC, juiz Jorge Luiz Volpato, na sede da entidade em Florianópolis anunciou pessoalmente ao Conselho Estadual da OAB/SC a ampliação do sistema de peticionamento eletrônico para a 2ª Instância.

Durante a exposição que fez aos representantes dos advogados, o presidente Volpato lembrou que o TRT já vinha adotando o Sistema de Transmissão de dados e Imagens (STDI) desde o ano de 1999. Destacou, ainda, que o Tribunal dispensa a remessa

do documento original - na utilização do peticionamento eletrônico - desde o ano 2000, e que a Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, já está contemplada nos programas de informação do Regional catarinense.

### **30/06/2007 - TRT/SC DISPONIBILIZA SERVIÇO DE GABINETE VIRTUAL PARA 2º GRAU**

Foi apresentado aos juízes de segundo grau, em 30 de junho de 2007, o serviço de Gabinete Virtual, consistente num portal de acesso, a partir de qualquer aparelho conectado à *internet*, aos vários programas anteriormente acessáveis pelos computadores dos gabinetes da sede do TRT/SC.

Os magistrados passaram a dispor do editor de textos com edição de votos, planilha de cálculos, editor de apresentações, Windows Explorer, leitor de documentos em PDF, bem como do acesso irrestrito a seus arquivos no servidor de rede do Tribunal, a partir do qual os programas estão sendo executados.

### **24/09/2007 - POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO DO TRT/SC COMEÇA A VIGORAR**

O TRT/SC começou a implementar, em 24 de setembro de 2007, com a entrada em vigor da Portaria Presi n. 738/2007, a sua política de segurança da informação, composta por um conjunto de normas que buscam garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade dos dados que circulam no âmbito da instituição.

Para que do referido objetivo fosse atingido, a Secretaria de Informática (Seinfo) formalizou diversas orientações e cuidados a serem seguidos pelos servidores ao longo dos anos, como manter senhas em sigilo e evitar o *download* de arquivos da *internet*.

Para traçar a política de segurança de informação do TRT/SC, a Comissão de Informática baseou-se em normas técnicas de segurança da informação (BS7799 - ABNT NBR ISO/IEC 17799), em modelos do CSJT e num relatório de análise de riscos que mapeou os principais pontos vulneráveis no que se refere à segurança da informação no TRT. Gerado por um *software* com certificação internacional e utilizado em larga escala nos setores público, bancário e industrial, o *software* utilizou como fonte de dados básica as respostas dos questionários aplicados pela Seinfo em diversos grupos de servidores e juízes.

### **19/10/2007 - PRESIDENTE DO TRT/SC RECEBE MEDALHA DA ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA**

O presidente do TRT catarinense, juiz Jorge Luiz Volpato, foi agraciado, na noite do dia 18 de outubro de 2007, com a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Estado de Santa Catarina, no grau de Grande Mérito, em sessão solene comemorativa dos 116 anos de instalação do Tribunal de Justiça.

A outorga, junto com outros 23 homenageados, ocorreu no auditório deputada Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa, em Florianópolis.

A indicação do juiz Jorge Luiz Volpato foi aprovada pelo Conselho da Ordem em sessão realizada em 21 de maio do mesmo ano.

#### **26/10/2007 - 6º SIMPÓSIO DISCUTE CONSTITUCIONALISMO E TRABALHO**

A Escola Judicial e de Administração Judiciária, nos dias 25 e 26 de outubro, realizou o VI Simpósio do TRT/SC, com o tema "Constitucionalismo e Trabalho: Desafios". O evento contou com mais de 300 participantes e compreendeu mais de 12 horas de conferências e painéis, em que especialistas discutiram oito temas do direito contemporâneo.

Ainda em 2007, a Escola Judicial e de Administração Judiciária formou 11 magistrados, tendo oferecido 151 horas, sendo 127 horas em atividades teóricas e 24 horas em atividades práticas (visitas externas). O Curso de Preparação inicial foi distribuído em 6 ciclos e dele participaram 21 instrutores externos e 14 instrutores internos.

Foi oferecido, ainda, o Curso de Formação Permanente, com a efetivação de 6 ciclos e 1 simpósio, totalizando 71h30min, com a participação média de 33 magistrados e 56 servidores, por palestra. Foram convidados 3 instrutores internos e 32 externos.

#### **31/10/2007 - PASTAS FUNCIONAIS SÃO DIGITALIZADAS**

O Serviço de Cadastramento e Registro de Pessoal (Secar) do TRT/SC passou, em novembro de 2007, por uma profunda mudança estrutural mediante a digitalização das aproximadamente 3,3 mil pastas com informações funcionais dos juízes, servidores ativos e inativos e instituidores de pensão (servidores que faleceram) do órgão. Ao todo, foram armazenadas em meio virtual em torno de 1 milhão de imagens.

De acordo com legislação específica, devem as pastas ser mantidas no arquivo permanente da instituição por, pelo menos, 100 anos. "Por isso, surgiu a necessidade de se criar regras e critérios para acessar essas pastas", disse o diretor do Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos (Sedig), Edson Luiz Mesadri, que também destacou o caráter inédito da iniciativa na Justiça do Trabalho brasileira.

#### **23/11/2007 - TRT/SC CONQUISTA SEGUNDO LUGAR EM CATEGORIA DO "PRÊMIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA"**

O TRT catarinense conquistou o segundo lugar na categoria *internet/intranet* do "Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça", com a página da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), num empate com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O primeiro

lugar ficou com a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ADPERJ).

A solenidade de entrega do prêmio encerrou a terceira edição do Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (III Conbrascom), realizado de 19 a 21 de novembro de 2007, em Vitória/ES.

### **03/12/2007 - SISTEMA QUE IRÁ SUBSTITUIR ANTIGO SAP 2 COMEÇA A FUNCIONAR E PERMITE ABSORVER UM MAIOR VOLUME DE INFORMAÇÕES**

O novo sistema de acompanhamento de processos de 2ª Instância, o SAP 2n, começou a funcionar no dia 3 de dezembro de 2007. O primeiro módulo implantado foi o de autuação, utilizado principalmente pelo Serviço de Cadastramento e Protocolo (Secap) para cadastrar os recursos remetidos pelas Varas do Trabalho e os processos de competência originária do TRT/SC - ao todo, uma média de 450 autuações por semana.

O SAP 2N substituiu o SAP 2, primeiro *software* de acompanhamento e cadastramento de processos e petições do Tribunal. Embora funcionasse com eficiência, sua linguagem de programação (zim) era considerada ultrapassada, o que acabava dificultando melhorias, adaptações e a própria manutenção do sistema. A nova linguagem de programação, mais moderna, foi a Developer 6i (Forms/Reports), e a plataforma do banco de dados, Oracle - as mesmas do sistema de primeira instância (SAP 1).

O novo SAP 2, adaptado do TRT de Campinas (15ª Região), avançou em vários aspectos em relação ao antigo. Ele permite o cadastramento, por exemplo, de um maior número de partes e advogados de um mesmo processo, além de outras informações que facilitam a pesquisa.

O módulo de autuação do SAP 2n também foi instalado nas secretarias de turmas e na secretaria do pleno. O motivo é que a Portaria GP 449/07 autorizou que essas secretarias também retificassem as autuações, além do Secap, evitando o trânsito desnecessário de processos pelos corredores do Tribunal.

### **NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO OBTÉM ACORDO EM 117 PROCESSOS JUDICIAIS NO ANO DE 2007**

Em 07 de dezembro de 2007, dando continuidade ao Movimento pela Conciliação, denominado "CONCILIAR É LEGAL", deflagrado em todo o Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça, este Tribunal, por meio do seu Núcleo de Conciliação em Primeira e Segunda Instâncias, realizou audiências de conciliação na Sede do Tribunal e nas Varas do Trabalho de Araranguá, Mafra, 1ª de Jaraguá do Sul, 1ª de Balneário Camboriú, 2ª de Blumenau e 5ª de Florianópolis.

No total, durante o ano de 2007, o Núcleo de Conciliação realizou 296 audiências na sede do Tribunal e nas Varas do Trabalho, resultando em 117 acordos.

## **REFORMAS, AMPLIAÇÕES E PROJETOS DE NOVAS SEDES MARCAM O ANO DE 2007**

As reformas e ampliações do Fórum Trabalhista de Tubarão e do Serviço de Assistência aos Servidores (Saser), visando à modernização das instalações e à acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, foram concluídas em 2007.

Outrossim, no projeto de construção da nova sede da Vara do Trabalho de Xanxerê, foram adotadas medidas de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. Neste projeto, o Tribunal incorporou o conceito de sustentabilidade na construção, otimizando a utilização de recursos naturais (sol, vento e água), a fim de proporcionar economia de energia e melhor adaptação ao meio ambiente.

Dessa forma, o TRT/SC se ajustou ao Decreto 5.296/04, da Presidência da República, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, em espaços públicos, das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Sendo assim, as obras contarão com banheiro, rampa de acesso, elevador (nas construções com mais de um pavimento) e estacionamento para pessoas com necessidades especiais.

No decorrer do ano foram, ainda, executados projetos de construção de novas sedes de Varas do Trabalho, tais como as de Indaial, Fraiburgo, Videira e São Miguel do Oeste.

Também foi iniciada a construção do Fórum Trabalhista de Joinville, bem como a reforma dos Fóruns Trabalhistas de Criciúma, Itajaí, Blumenau e da Vara do Trabalho de Concórdia.

No final do exercício de 2007, foram licitadas a obra de construção da nova sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul e a reforma do Plenário do Tribunal.